Isso também é coisa de mulher: a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do munícipio de Irituia, Pará.

This is also a woman's thing: a participation of women in the Food Acquisition Program (PAA) of the municipality of Irituia, Pará.

OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa[1]; BEZERRA, Sueyla Malcher[2]; ASSIS, William Santos de[3] SILVA, Luis Mauro Santos[4]

[1] Universidade Federal do Pará, leticia.agronomia@gmail.com; [2] Universidade Federal do Pará, msueyla@gmail.com; [3] Universidade Federal do Pará, williamassis@ufpa.br [4] Universidade Federal do Pará, lmsilva@ufpa.br

Eixo temático: Políticas públicas e Agroecologia

Resumo: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) abrange seis modalidades, dentre elas, a compra direta com doação simultânea que destaca-se por fomentar a participação das mulheres ao incluir produtos alimentícios vinculados às suas atividades. Sendo assim, objetivamos analisar a participação das mulheres beneficiárias do munícipio de Irituia/PA. A apreensão dos dados foi por fontes secundárias e primárias, respectivamente, revisão bibliográfica, documentos oficiais e entrevistas com as mulheres. A oscilação no percentual de participação formal das mulheres no PAA não atinge o mínimo de 40% estipulado pelo programa, sendo, relacionados com problemas na documentação, que considera o homem como o "chefe" familiar. Contudo, a renda destinada às mulheres estimula o cultivo diversificado e a comercialização de alimentos em diferentes espaços.
Palavras-chave: Campesinato; Política pública; Agrobiodiversidade; Amazônia.
Keywords: Peasantry; Public policy; Agrobiodiversity; Amazônia.

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do governo federal, estruturante ao Programa Fome Zero, que se constitui como um incentivador ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Regido pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o PAA faz a aquisição direta dos alimentos dos produtores familiares (com dispensa de licitação e preço justos pelos produtos) e os doa a instituições e pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar (BRASIL, 2011).

Como forma de garantir a articulação da oferta e do consumo de alimentos o programa possui seis modalidades: 1- compra da agricultura familiar para doação simultânea; 2- formação de estoques pela agricultura; 3- compra direta da agricultura familiar; 4- incentivo à produção e incentivo de leite; 5- compra institucional e 6- aquisição de sementes. Sendo a modalidade, compra da agricultura familiar com doação simultânea, a que mais estimulou a participação das mulheres no programa, por incluir produtos, geralmente, vinculados às atividades desenvolvidas pelas mulheres, mas formalmente vinculados à documentação do homem (SILIPRANDI E CINTRÃO, 2013).

Diante dessa realidade, a resolução (GGPAA) nº44 de 2011, estabelecida pelo Grupo Gestor do PAA, instituiu a participação formal das mulheres ao estabelecer como critério de seleção dos projetos para o PAA de no mínimo 40%. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi analisar a participação das mulheres fornecedoras ao PAA no munícipio de Irituia/PA.

Metodologia

O trabalho de campo foi realizado no município de Irituia, estado do Pará, pertencente à Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião Guamá. O município possui uma área de 1.379,36 km² e uma população predominantemente rural com perfil de produção agrícola familiar, estimada em 79,2% do total de 31.364 habitantes (IBGE, 2010). Segundo estimativas a população em 2018 aumentou para 32.504 habitantes.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram pautados em uma abordagem do tipo quali-quantitativa. A apreensão dos dados ocorreu por meio de fontes secundárias e primárias, correspondendo ao período de 2012 ao primeiro semestre de 2018. Em relação aos dados secundários, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o PAA e analisamos documentos oficiais fornecidos pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social (Seteps) do município de Irituia, entre esses os registros de compra, com informações referentes ao número de mulheres participantes do PAA e o recurso acessado. Para a obtenção de dados primários foram realizadas entrevistas com mulheres sobre o acesso e o fornecimento de produtos ao programa. O tratamento e a sistematização dos dados foram feitos no programa Excel, para elaboração de tabelas e gráficos.

Resultados e Discussão

O PAA começou a ser implementado no município de Irituia no início do ano de 2009, por intermédio da parceria entre a Seteps e a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster) com a participação da Coordenação Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Disan). Com acesso individual na modalidade de compra da agricultura familiar com doação simultânea. Essa modalidade do PAA tem como objetivo a compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2014).

Essa modalidade, segundo o trabalho de Siliprandi e Cintrão (2013), estimula a maior participação de mulheres devido à inclusão de produtos, geralmente, cultivados em áreas de responsabilidade feminina, como os quintais, voltados para o “autoconsumo” e “subsistência”, assim como a resolução (GGPAA) nº 44 de 2011, ao exigir no mínimo a participação de 40% de mulheres para execução de propostas destinadas ao PAA. Contudo, observarmos na figura 1, que a participação das mulheres, considerando o

período de 2012 ao primeiro semestre de 2018, não atingiu o percentual exigido. Mas a proposta foi aceita e executada pelo PAA, o que é permitido mediante a justificativa e comprovação de impossibilidade de atingir o percentual exigido pela resolução (GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, 2017).

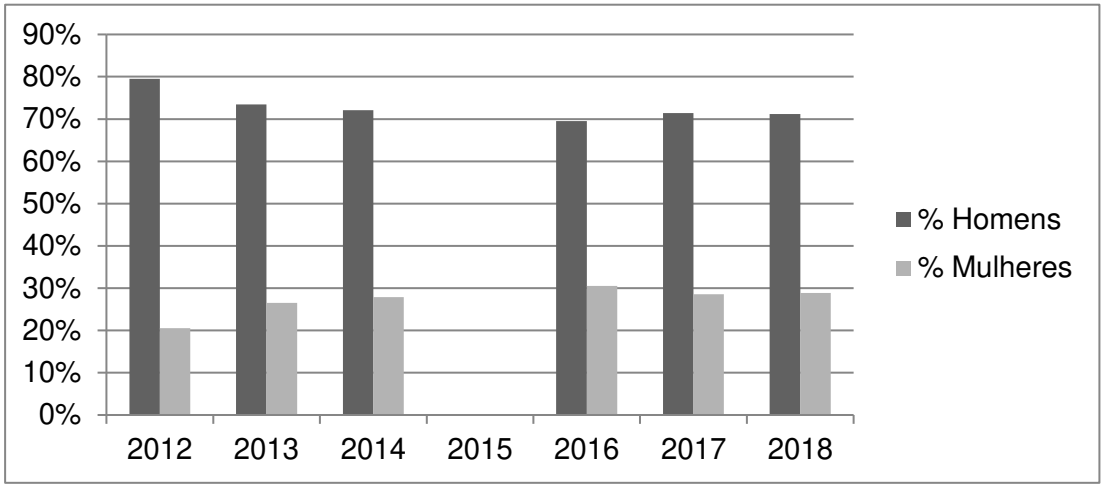

Figura 1. Dados comparativos da participação das mulheres em relação ao total de agricultores integrantes do PAA, entre os anos de 2012 a 2018, no município de Irituia, Pará.

A oscilação no percentual de participação das mulheres no PAA, executado pelo município de Irituia, é reflexo de vários problemas, dentre eles: a documentação, em especial a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que no decorrer dos anos sempre considerou o homem como o "chefe" familiar; a variação na liberação de recurso por parte do Governo que afeta o planejamento produtivo familiar; e a inclusão de mulheres apenas para atender os requisitos formais para execução que nem sempre refletem o trabalho desprendido na atividade.

Sendo assim, a participação das mulheres não deve ser baseada apenas no aspecto formal, mas sim em sua importância para reprodução social, proporcionada principalmente, pela comercialização de produtos cultivados por mulheres como: verduras, hortaliças, frutas e outros produtos. O que antes representava apenas o consumo familiar passou a ganhar importância nos mercados institucionais e estimulou a inclusão das mulheres, o que por sua vez, promoveu o cultivo diversificado de produtos locais e culturalmente utilizados pelas famílias paraenses na alimentação.

Na figura 2, observamos um declínio no valor acessado individualmente pelas mulheres, entre os anos de 2013 e 2015. Tal fato pode ser um reflexo das intervenções investigativas da execução nacional do PAA pelo Tribunal de Contas da União (PCU); mudanças normativas para o acesso ao programa e redução na biodiversidade de produtos demandados (PORTO, 2016). Desse modo, o acesso das mulheres no programa foi dificultado e consequentemente o valor acessado (previsto em R$ 4.500) em 2013 foi de R$ 3.525,75 diminuindo a zero no ano de 2015. A partir do ano de 2016 e principalmente em 2017, o programa sofreu um significativo investimento no

seu orçamento anual, fomentando assim, o aumento no número de participação de mulheres (PORTO, 2016).

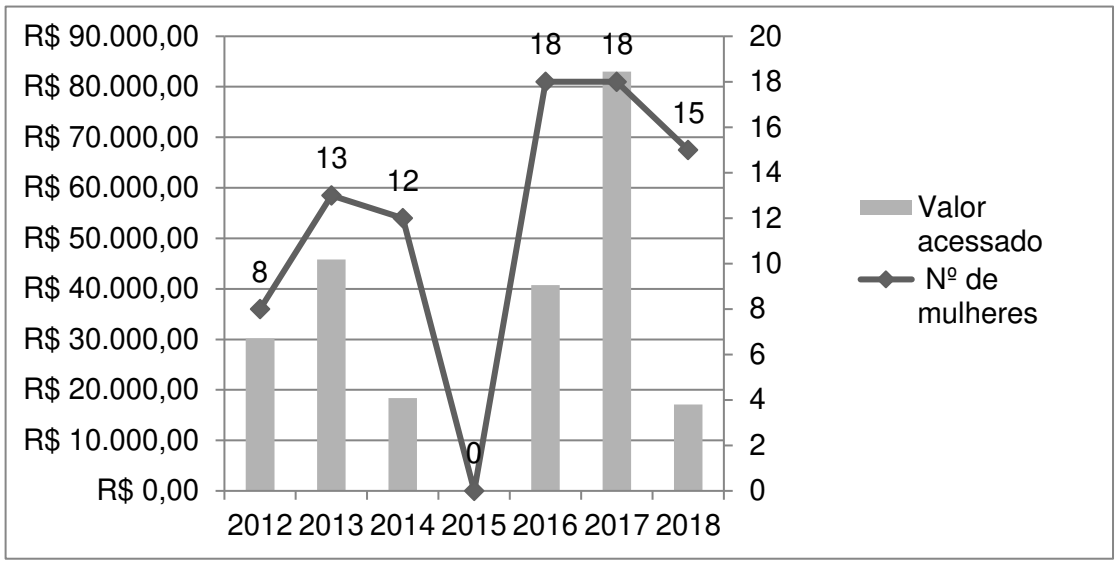

Figura 2. Valores acessados do PAA, pelas mulheres no município de Irituia/Pa, entre os anos de 2012 ao primeiro semestre de 2018, e os respectivos números de mulheres que acessaram o valor em cada ano.

Segundo os relatos das mulheres entrevistadas, apesar das oscilações no investimento do PAA o recebimento do recurso do programa promove autonomia financeira dentro de casa, proporciona participação em diferentes espaços de comercialização e contatos com instituições de pesquisa e extensão. Além disso, movimenta a economia local, fortalece a agricultura familiar e estimula o consumo de "produtos alimentares inseridos nas culturas regionais e integrados a sistemas de produção diversificados" (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2013, p.117).

Conclusões

Considerando a importância do PAA, modalidade compra com doação simultânea, observa-se a necessidade de uma reflexão sobre a participação das mulheres no programa direcionada ao fortalecimento da agricultura familiar e ao fomento da soberania alimentar. Como limitação para o aumento e permanência do número de mulheres no programa, destacamos tanto a documentação obrigatória para o acesso ao PAA, quanto à divisão orçamentária que afeta os municípios. Como ações positivas, destacamos a autonomia das mulheres, as relações com diferentes mercados de circuito curto e a diversificação de produtos alimentícios culturalmente consumidos.

Agradecimentos

Ao **Núcleo de Estudos Agroecológicos Ajuri: espaço de construção de conhecimentos agroecológicos.** Chamada MCTIC/MAPA/MEC/SEAD – CASA

CIVIL / CNPq 21/2016. À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** (CAPES) e ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** (CNPq) pela concessão de bolsa de estudos nos segundo anos do curso de mestrado.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Planalto**, Brasília, 14 de outubro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos por meio da Resolução GGPAA n. 44, de 14 de agosto de 2011. **Caderno de legislações: Programa de Aquisição de Alimentos –PAA**, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/irituia/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=29519>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimentos. Manual Operativo: Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por Meio de Termo de Adesão**. Brasília. 2014. PORTO, S. I. A agroecologia e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Carta Maior**, 14/06/2016. p.1-10. Disponível em: Acesso em: 20 de Agosto de 2017.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2011. 27p. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/310NEAD. pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

SIIVA, J. S. da. A participação das mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com os movimentos sociais no campo. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th **Women's Worlds Congress** (anais eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 1 – 12, ISSN 2179-510X.